

19 JUN 1985

Quem paga a conta?

Heitor Tepedino

O governo José Sarney tem de definir a sua política econômica — possivelmente até o fim deste mês — confrontando-se com uma incômoda barreira: quem irá perder e quem irá ganhar. Segundo ensina o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, o combate à inflação é como uma guerra, jamais existe sem que haja mortos e feridos.

Agora, resta saber o que está pretendendo o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, que ontem deu seguimentos às suas reuniões-almoços com parlamentares, desta vez senadores, na sua pregação permanente a favor de uma política severa de corte dos gastos públicos.

O que mais interessa neste momento é saber quem irá pagar a conta dos gastos excessivos do próprio governo. No primeiro teste da Nova República, o reajuste do salário-mínimo ficou bem aquém do que os líderes trabalhistas esperavam. Agora, o reajuste das prestações da casa própria enfrenta grandes dificuldades, como o governo mantendo-se como o grande ganancioso, em termos de cobrança, e sovina em termos de concessões. Enquanto oferece reajustes salariais semestrais na base de 80 por cento, com a mesma mão oferece aos mutuários do BNH reajustes semestrais de suas prestações de 125%.

Por enquanto, tudo indica que os assalariados continuarão pagando a conta, frente ao dismantelamento pelas forças da Velha República das organizações sindicais, deixando sobreviver líderes despreparados e sem assessorias eficientes.

Do outro lado da moeda, as empresas estatais, arrochadas nos seus gastos, têm estrutura suficiente para armar os seus contra-ataques via imprensa, ergueram o seu muro de lamentações, com uma tática tão perfeita que em breve os assalariados massacrados em seu poder aquisitivo passarão a defender as estatais. O setor privado, também com o pé atado em uma corrente, debate-se

contra os carcereiros, furioso na busca de uma explosão dos seus reajustes de preços, também utilizando uma grande máquina "lobbysta" para sensibilizar os corações alheios. A área automobilística é a rainha das lamúrias, com os dirigentes de algumas empresas desafiando a autoridade do governo e protestando que não aceitam esses reajustes do CIP. Em contrapartida, os participantes de consórcios são esbulhados há anos.

O setor financeiro está trancafiado dentro dos seus luxuosos gabinetes, num clima suíço, proporcionado por seus aparelhos de ar condicionado, e não querem conversa. Quanto menos falar mais juros estão entrando.

Dentro deste quadro, oriundo, da primeira montagem da estratégia transitória de política econômica, temos, de um lado, as empresas estatais e os empresários lançados pelo CIP que botam a boca no mundo. Do outro lado, os banqueiros e os setores liberados do CIP que não abrem a boca. No meio deste contraste, surgem as greves de poucas categorias profissionais que lutam por salários melhores, mas com a espada no pescoço, já que as leis de greve, ainda em vigor, nasceram no regime autoritário, cujo espírito filosófico é que lugar de trabalhador grevista é na cadeia.

Finalmente, anuncia-se que a política econômica da Nova República, deve emergir cuja finalidade maior será apresentar a conta a ser paga a alguém. Como clientes, tem uma farta lista, e de lambuja, toda a população, no caso de um aumento de impostos.

Como disse o presidente Sarney, em matéria de diagnóstico todos estão de acordo. O problema, bem esclarecido pelo presidente, é que uns querem mais um centímetro e outros dois centímetros, o que parece pouco mas, como mórda de cobra, a inflação tem de ser tratada com o seu próprio veneno e, um erro de dosagem, pode matar o paciente.